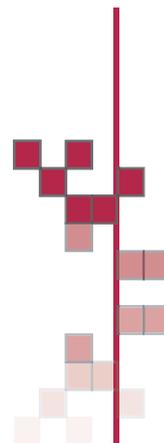


# *"Tudo por aí morava gente nossa!"*

## Os usos e os lugares da memória territorial nos processos de constituição da identidade étnica nos Quilombos do Rio Andirá, fronteira Amazonas/Pará



*"Everywhere lived people!"*

The uses and places of territorial memory in the processes of constitution of ethnic identity in the Quilombos of the Andirá River, Amazonas/Pará border

João Marinho da Rocha  
jmdrocha@uea.edu.br

### Resumo

*Este texto versa sobre as inúmeras formas de produção e usos políticos das memórias territoriais no movimento de luta quilombola do rio Andirá (2005-2018). É um aspecto de pesquisa de doutorado que analisou a relação entre os processos de construção da identidade étnica e as territorialidades quilombolas. Pautou-se na história social e seus diálogos interdisciplinares com as ciências sociais (CASTRO, 1997; BARROS, 2005), na metodologia da história oral (ALBERT, 2011; MEIHY, 2005) e nos estudos do pós-abolição (RIOS e MATTOS, 2004). Iniciado em 2005, consegue certidão de autodeclaração em 2013 e atualmente luta pela demarcação do território tradicionalmente ocupado, desde as décadas finais do século XIX. Através das memórias, de práticas socioculturais cotidianas, Santa Tereza, Boa Fé, Itaquara, São Paulo e Trindade recuperam aspectos da história social do grupo, a partir de suas demandas atuais, de suas histórias e de seus processos territoriais tornados as fontes privilegiadas dessa recuperação de suas trajetórias. Com ações políticas, articuladas por uma Federação, tais grupos sociais se etnicizam e pautam o Estado brasileiro. Reconstituem espaços físicos e simbólicos, a partir de articulações em torno de uma memória étnica e territorial, criam e acionam outros mecanismos que representam possibilidades de reconhecer o território. Tais mecanismos são potencializados em torno das novas interpretações de aspectos de sua história, dos fatos e da construção da memória ancestral. Nesses movimentos de ações políticas, reordenam imagens e compreensões acerca das noções de tempo, seus usos em conexões com as lógicas da natureza, lições apreendidas nos encontros com as outras Amazônia existentes nos diversos espaços e experiências vividas na escravidão e pós-abolição.*

**Palavras-chave:** Memórias territorial; Movimento Social Quilombola; Amazônia

### Abstract

*This article dialogues about innumerable forms of production and political uses of the territorial memories in the quilombola struggle movement of the Andirá River (2005-2018). It is an aspect of doctoral research that analyzed the relationship among the processes of construction of ethnic identity and quilombola territorialities. It was based on social history and its interdisciplinary dialogues with the social sciences (CASTRO, 1997; ASUN-*

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Estado do Amazonas, Campus Parintins- UEA/CESP. Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM. Pesquisador do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas/GEHA/UEA; do Núcleo de estudos afro brasileiros-NEAB/UEA; do Núcleo de estudos afro brasileiros e indígenas/NEAI/UFAM. jmdrocha.hist@hotmail.com / jmdrocha@uea.edu.br

*CIÓN, 2005), in the methodology of oral history (ALBERT, 2011; MEIHY, 2005) and post-abolition studies (RIOS and MATTOS, 2004). The Quilombola social struggle movement started in 2005, it obtained a self-declaration certificate in 2013. Actually, it struggles to demarcate the traditionally occupied territory, since the latest decades of the 19th century. Through memories, daily sociocultural practices, Santa Tereza, Boa Fe, Itaquara, São Paulo and Trindade recover aspects of the group's social history, according to their current demands, their histories and their territorial processes become privileged sources of this recovery of their trajectory. Through political actions, articulated by a Federation, such social groups become ethnic and guide the Brazilian State. They reconstitute physical and symbolic spaces, based on articulations about an ethnic and territorial memory, they create and activate other mechanisms that gives possibilities to recognize the territory. These mechanisms enable new interpretations of aspects their history, of facts and the construction of ancestral memory. In these political actions movements, they reorder images and understandings about the notions of time, their uses in connections with the logics of nature, lessons learned from meetings with other Amazon existing in several spaces and experiences lived in slavery and post-abolition.*

**Keywords:** Territorial memories; Quilombola Social Movement; Amazon.

## Introdução

Trazemos aqui uma reflexão acerca do protagonismo quilombola no movimento por diferenciação étnico-racial. Baseado em arquivos de fontes orais, identificamos, descrevemos e analisamos as ações sociais e políticas sujeitos inseridos no movimento social quilombola do Andirá<sup>2</sup>.

As trajetórias e experiências individuais e familiares que conectadas a cenários, sujeitos e interesses variados, puderam tecer relações de poder, no e, a partir do Rio Andirá<sup>3</sup>. Tais comunidades quilombolas conseguiram nesse movimento, etnicizar e politizar memórias dos mais velhos e com isso, construir, juntos aos demais sujeitos sociais de seis comunidades daquele rio, narrativas sobre si. Criam e acionam memórias que os ligaram às experiências dos mundos do trabalho na Amazônia, com isso, (re) desenham práticas socioculturais, capazes de indicar fronteiras étnicas e demarcar territórios simbólicos de pertencimentos que lhes garantem diferenciação frente às demais comunidades do Leste do Amazonas.

Nesse exercício, julgamos iluminar para o conhecimento das táticas desenvolvidas por tais movimentos sociais contemporâneos na Amazônia, palco de diversos impasses e lutas por direitos de existências de povos e comunidades tradicionais, como ocorreu/ocorre na fronteira Amazonas/Pará. Dizemos isso por acreditarmos que não dá mais para ler a presença negra na Amazônia apenas pelo viés da quantidade numérica.

Em nossas pesquisas buscamos não somente considerar os dados estatísticos em si, mas também os múltiplos significados da presença negra. Nos interessa perceber como as presenças negras se articularam aos ambientes e mundo amazônicos e neles construíram novos espaços de liberdades e territorialidades específicas, muitos dos quais, reivindicados socialmente, como é o caso do território quilombola do Rio Andirá. As práticas socioculturais e memórias contemporâneas de tais comunidades, alargam os seus presentes, e com isso reconstróem aspectos de seu passado coletivo, a partir de suas demandas políticas atuais, objetivadas no movimento social.

Através das memórias, de práticas socioculturais cotidianas, Santa Tereza, Boa Fé, Itaquara, São Paulo e Trindade recuperam aspectos da história social do grupo, a partir de suas demandas atuais, de suas histórias e de seus processos territoriais, tornados fontes privilegiadas dessa recuperação de suas trajetórias. Suas ações políticas, articuladas por uma Federação, por meio da qual, tais grupos sociais se etnicizam e pautam o Estado brasileiro. Reconstituem espaços físicos e simbólicos, a partir de articulações em torno de uma memória étnica e territorial, criam e acionam outros mecanismos que representam possibilidades de reconhecer o território.

Tais mecanismos são potencializados em torno das novas interpretações de aspectos de sua história, dos fatos e da construção da memória ancestral. Nesses movimentos de ações políticas, reordenam imagens e compreensões acerca das noções de tempo, seus usos em conexões com as lógicas da natureza,

<sup>2</sup> A fundação Cultura Palmares através da Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013 registrou no Livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou, de acordo com a auto definição e o processo em tramitação, junto à referida Fundação que as comunidades Comunidade de Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade se definem como remanescentes de quilombo. Ver: Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013.

<sup>3</sup> Para maior aprofundamento das questões levantadas neste artigo, ver ROCHA, J. M. da. 2019. *Das Sementes aos Troncos: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá*. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Manaus. 382p. Tese desenvolvida sob orientação da professora Marilene Corrêa.

lições apreendidas nos encontros com as outras Amazônia existentes nos diversos espaços e experiências vividas nos tempos da escravidão e do pós-abolição no rio Andirá.

Em suas lutas por reconhecimentos como quilombolas, comunidades de todo Brasil se articulam para acessar seus direitos indicados no âmbito da resignificação do termo quilombo, objeto do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADTC da Constituição Federal de 1988. Tal artigo, confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo estado brasileiro (O'DWYER, 2005). "Ali se nomeava e se atribuía direitos a um heterogêneo conjunto de comunidades de predominância negra que, salvo raras exceções, não se pensavam em qualquer medida como 'remanescentes das comunidades de quilombos'" (BRANDÃO Et Al. , 2010, p.78). Sua aprovação proporcionou uma "revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão" (MATTOS, 2005, p.106). Nesse contexto, o termo "quilombo" deixa suas limitações históricas, a partir do modelo de Palmares, forjado no contexto da colonização, onde o conselho ultramarino o definiu como sendo "toda habitação de negros fugidos, que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões nele". Esta ótica e definição influenciou a pesquisa histórica da temática quilombola até a década de 1970.

Dentro desse cenário de possibilidades e dispositivos legais é que foram encampadas lutas por todo o país, por reconhecimento das terras de "remanescentes" de quilombo. "Além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no presente, aproximavam o conjunto das 'terras de preto', habilitando-as a reivindicar e enquadrar-se no novo dispositivo legal" (MATTOS, 2005, p.106). Sobre esses novos grupos étnicos "há situações históricas em que grupos sociais e povos percebem que há condições [...] para reconhecer suas identidades coletivas e mobilizar forças em torno delas e ainda para tornar seus saberes práticos um vigoroso instrumento jurídico" (ALMEIDA, 1998, p. p.17). Foi nesse contexto, reivindicado socialmente, que se abriram possibilidades para a busca dos direitos diferenciados de grupos étnicos-raciais, criados na forja da história colonial, marginalizados e esquecidos na construção da nação e ressurgidos no contexto multiculturalista do final do século XX. Apresentando enorme desafio para historiadores, antropólogos e cientistas sociais engajados em torno da questão (MONTEIRO, 2006), compondo o cenário de possibilidades de busca por acessar direitos e (re) afirmação da identidade étnico-racial no Brasil.

Estes movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 1998, p. 19). Passam a se articular em torno de elementos que os unisse na busca de acessar seus direitos, e para isso acionam os mais variados elementos e entidades externas. Essa questão legal se consolidou quando o decreto nº 4.887, de 20/11/2003, em conexão com a

convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, regulamentou que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos, fosse atestada mediante auto identificação da própria comunidade. Estas passaram a ser compreendidas também como grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida (MATTOS, 2005). As emergências quilombolas devem ser compreendidas como sujeitos emergidos com os novos movimentos sociais no Brasil, como o movimento negro unificado com suas demandas contra o racismo e as demandas das comunidades negras rurais por direitos territoriais (DOMINGUES, 2007).

### ***Dos diálogos interdisciplinares para uma história social do movimento quilombola do Rio Andirá***

Na Amazônia, o exercício da produção do conhecimento sobre a temática quilombola se torna significativo e desafiador, especialmente no caso do estado do Amazonas, de onde emergem as Vozes quilombolas do Tambor (Novo Airão), do Barraco de São Benedito da praça 14 de Janeiro (Manaus), do Lago Serpa (Itacoatiara) e do Rio Andirá (Barreirinha, a partir de onde referenciamos nosso estudo).

A questão "remanescente" de quilombo no Brasil pode ser visualizada a partir de três aspectos "reconhecer a importância de percebê-los como emergentes, (...) reconhecer seu lugar" (ARRUTI, 2006, p.29) e entender que "(...) a definição daquilo que devem ser não depende apenas deles ou dos seus opositores, mas também do estado da correlação de forças em que(...) estão inseridos" (ARRUTI, 2006, p.29). Ganham relevos aí, profissionais das ciências humanas e sociais, com destaque para certas tarefas "na qual o papel interpretativo do antropólogo e do historiador parece ter destaque" (ARRUTI, 2006, p.29). (Re) articuladas com práticas passadas, ainda que não sejam estas as regras, ou modelos, "é preciso reconhecer a existência de intenções identitárias nas lutas dessas comunidades" (ARRUTI, 2006, p.29). Afinal, "são a continuidade de um processo (...) da história da escravidão e das primeiras décadas do pós-emancipação[...]. Não se trata de um passado móvel, como aquilo em que sobrou (...) de um passado" (GOMES, 2015, p.7). Portanto, "o desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania" (GOMES, 2015, p.7).

Compreender como os sujeitos sociais do início deste século, constroem suas táticas para acessar "cenários de direitos", produzidos nos embates dos movimentos sociais desde as décadas finais do século XX, torna-se um grande desafio para a história regional e local. Dentre os impasses, está a produção de mecanismos que possibilitam identificar quem são essas tais comunidades. Como constroem seus processos presentes de luta por reconhecimentos, direitos, cidadania formal? Como (re) constroem as memórias sobre seus passados? Aliás, que passa-

dos são estes (re) construídos, a partir das demandas dos seus presentes? Como se conectam às demais experiências históricas dos mundos amazônicos, brasileiros e latino-americanos? Como produziram seus novos modos de ser e apresentar-se como quilombolas do Andirá? Uma das possibilidades está no campo dos estudos da História Social (CASTRO, 1997; BARROS, 2005), a partir da história social do negro no pós-abolição (RIOS e MATTOS, 2004; ABREU, et al., 2014). Imbuídos com as preocupações em identificar, descrever e compreender os protagonismos visualizados nas e a partir das trajetórias e experiências de homens e mulheres que se articulam aos demais grupos sociais que se constituem como novos sujeitos políticos e de direitos. Promovem ações políticas de afastamento das concepções homogêneas de "caboclos", como eram tratados pelo Estado brasileiro ao longo do pós-abolição e constituindo-se étnica e politicamente como Quilombolas. Como produzem seus caminhos de acessos aos dispositivos constitucionais? Como construíram sua identificação étnica e territorialidades quilombolas? São questões que nos remetem para o fato de que "em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento" (HALL, 2006, p.38-39), haja vista que, "a identidade surge não tanto da plenitude(...) que já está dentro de nós (...), mas de uma falta de inteireza (...) preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros" (HALL, 2006, p.38-39).

Diante das questões levantadas acima, abrem-se novas perspectivas metodológicas na visualização das realidades sociais diversas, como estas "Vozes" que emergem dos silêncios do rio Andirá, e que, amplificamos neste estudo, por meio da metodologia da História Oral. "O trabalho de produção de fontes orais pode ser dividido em três momentos: a preparação das entrevistas, sua realização e seu tratamento" (ALBERT, 2011, p.171). A metodologia possibilitou explicitar e compreender, como os tais sujeitos sociais do Rio Andirá produziram seus discursos, pois, "história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a 'histórias dentro da história' e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado" (ALBERT, 2011, p.155). Ainda segundo Albert, "ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente" (ALBERT, 2011, p.155), como é o caso de alguns personagens com os quais dialogamos neste recorte.

### ***Das memórias territoriais, étnicas e politizadas***

Os "novos quilombos" guardam em suas memórias, histórias de vidas de seus ancestrais transmitidas "por tabela" (POLLAK, 1989, 1992) e há uma "origem remota(...)no contexto da desagregação da escravidão e sua abolição no Brasil, que permite (...) reivindicarem-se como comunidades tradicionais e como quilombolas (MATTOS, 2005, p.107). Suas ações políticas buscam "o direito do acesso à terra na memória de uma

ancestralidade e na malha de seus parentescos" (ARRUTI, 1997, p.26). Nisso, "sua memória tornou-se tão importante quanto os documentos escritos, que antes, no confronto com representantes dos poderes públicos, tinham total privilégio" (ARRUTI, 1997, p.26). Por meio delas, tais grupos sociais se etnicizam e pautam o Estado brasileiro. Reconstituem espaços físicos e simbólicos, alguns dos quais, apenas existentes como "lugares de memórias" (NORA, 2003).

As lutas quilombolas na Amazônia reordenam imagens e compreensões acerca das noções de tempo, seus usos em conexões com as lógicas da natureza (ACEVEDO e CASTRO, 1998). Sobre a relação tempo, narrativa e memória, operada no Movimento Social Quilombola do Andirá-MSQA, vale lembrar que "as análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade(...)" (DELGADO, 2003, p.10). Se conectam a cenário de possibilidades construídas pelos movimentos sociais de fins do século XX, especialmente o movimento negro unificado, onde filiam-se as lutas quilombolas, em que as comunidades quilombolas da Amazônia (Maranhão e Pará), tornam-se protagonistas. O fizeram a partir de rastros presentes nas memórias, nas histórias narradas pelos mais velhos, quando se referem aos seus antepassados trazidos da África para o Baixo Amazonas, de onde fugiram para os mocambos (GOMES e QUEIROZ, 2003; FUNES, 1995, 2009; GOMES, 1997). Nesses contextos de lutas, é importante destacar que a identidade é neste sentido, elemento de unificação das partes, assim como fundamento para uma Ação política (ORTIZ, 2006) de inúmeras realidades quilombolas.

A partir de articulações em torno de uma memória étnica e territorial, as comunidades do Andirá criam e acionam outros mecanismos que representam possibilidades de acesso legal ao território tradicionalmente ocupado. Tais mecanismos são potencializados pelas construções dos sujeitos em torno das novas interpretações de aspectos de sua história, dos fatos e da construção da memória ancestral. Pois, "(...) o tempo, atua modificando ou reafirmando o significado do passado, (...) projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado" (DELGADO, 2003, p.10). Táticas conectadas aos projetos de memória a que se quer alcançar, produzir, sistematizar e ritualizar nas práticas socioculturais, socioambientais e cotidianas, interpretados pelo Movimento Social Quilombola do Andirá-MSQA como espaços privilegiados de (re) afirmação da identidade étnica e territorialidades específicas.

Identidade e territorialidade demarcadas também por suas práticas tradicionais de uso comum do território, por meio das áreas de usos coletivos, dos lugares de cultivo das roças, dos lagos e cabeceiras dos rios ocupados por seus pais, avós e bisavós. No Andirá a territorialidade também "é uma síntese de apreensão desse universo pelo grupo. Caracteriza-se em práticas cotidianas, nas perseguições de estratégias de vida e de trabalho, na execução de ações que são criadoras da existência material e social" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.30). Essas sensações de pertencimentos à ancestralidade, autorizada pela memória e pela tradição oral foram a base inicial para o levantamento, a identificação e a



e reconhecimentos de territorialidades específicas de povos e comunidades tradicionais, como é o caso quilombola. Nos referimos ao reconhecimento da importância dos diálogos entre práticas, saberes e conhecimentos nos processos de afirmação desses novos grupos étnicos, frente às constantes ameaças que sofrem, afetando inclusive suas existências (físicas, econômicas, socioculturais) em seus territórios tradicionalmente. As comunidades quilombolas do Andirá, são grupos que operam entre fronteiras de saberes, espaços e assim produzem novos conhecimentos sobre si e para si. Com tais ações políticas, interferem na busca por afirmar-se e existir como grupo diferenciado que se (re) constitui contemporaneamente, a partir dos suportes dos "cenários de direitos" que lhes chegam a partir de 2005. Quando nos referimos às territorialidades, é importante considerar que "além do reconhecimento jurídico há o reconhecimento como ente moral" (O'DWYER, 2007, p.53). Isto significa dizer, que trata-se de uma luta dessas populações não apenas por "ganhos materiais, mas também pela cidadania, traduzida como busca de respeitabilidade" (O'DWYER, 2007, p.53).

As análises dos arquivos de memórias, dão conta de que, na ação de mapear seu território a partir das memórias dos mais velhos, evidencia-se o debate em torno do valor e significado da tradição e da memória no Andirá. Duas questões que não se fazem no passado, mas conectam-se a partir das demandas do presente, em muito a partir de conexões entre as questões territoriais em diálogos constantes com elementos socioculturais. Dessas conexões emanam sentimentos e elementos de pertencimentos étnicos, que podem e devem ser consideradas, visualizadas e compreendidas como ferramentas essenciais, nos seus caminhos para as produções de suas identidades coletivas contemporâneas.

A partir de tais indicativos de O'DWYER, é que visualizamos as inúmeras referências que os agentes sociais fazem contemporaneamente aos seus "antigos mestres das proezas do Andirá". Homens e mulheres intensos conhecedores das matas e dos rios, protetores de cabeceiras como é o caso "da campina", "dos campos de naturezas" e também "dos lagos". Lembrá-los no MSQA significa também, politicamente referenciar suas práticas, seus ambientes de manifestações sócio religiosas, seus usos dos espaços e recursos territoriais, já que suas crenças se dão em diálogos profundos com cultura e natureza. Nisso, os mestres e seus espaços e usos, são reabilitados no âmbito da Federação e tidos por nós, como indícios para outros tempos (das origens, dos antigos, das proezas e suas "estripulias"). Portanto, indicadores de possíveis espaços onde se pode visualizar elementos da construção da identidade étnica (COSTA, 2016).

"O tradicional" aparece vinculado às reivindicações atuais dos diferentes movimentos sociais, o que afasta a preocupação apenas com as origens e com o isolamento cultural, daí a necessidade de analisar as questões inerentes à História Social de conceitos (ALMEIDA, 2012). Isto parece ser válido para visualizarmos casos como o referenciado no Andirá, onde "o tradicional"

se constrói a partir das realidades sociais contemporâneas dos sujeitos demandantes (ALMEIDA, 2012). São novas lutas sociais por existências (física, social, cultural, econômica, etc.) em seus territórios tradicionalmente ocupados na Amazônia, que se sustentam pela percepção das situações sociais e de mobilizações por direitos dos povos e comunidades tradicionais. Gentes e coletivos locais que se apropriam e articulam-se, a seus modos, às questões a elas apresentadas pelo regional e o nacional. Movimentam-se nas produções de redes e processos sociais de conhecimentos que enfrentam realidades e discursos cristalizados para além dos monopólios das elites locais e regionais (GONÇALVES, 2005).

O diferencial destes contextos de mobilizações, aos quais assistimos no Andirá neste início de século XXI, são as muitas articulações com agentes externos e a capacidade que as comunidades passam a desenvolver e de positivar suas memórias. Tornando-as memórias políticas capazes de acessar direitos, historicamente distantes, a exemplo da demarcação de seus territórios, elementos de suas territorialidades específicas, constantemente ameaçadas por iniciativas governamentais ou particulares. Frente à tais contextos de confrontos, "os povos tradicionais se sentiram obrigados a elaborar novas estratégias territoriais para defender suas áreas" (LITTLE, 2002, p.13). Aos poucos criaram "um espaço político próprio, na qual a luta por novas categorias territoriais, virou um dos campos privilegiados de disputa. Um dos [...] resultados dessa onda tem sido a criação ou consolidação de categorias fundiárias do Estado" (LITTLE, 2020, p.13).

Ao analisarmos o conjunto dos "arquivos de memória" do Andirá, percebemos que aos poucos as comunidades aprenderam a ser negras e quilombolas, segundo os dispositivos constitucionais. Sobretudo, perceberam que suas unidades precisavam ser também "construídas na identidade étnica e nas territorialidades, dimensões políticas de maior significação" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.34) quando se trata das mobilizações quilombolas. Acrescenta-se a isso, o fato de que os conhecimentos sobre os territórios tradicionais no Andirá, também indicam caminhos para os reconhecimentos como grupo étnico. Portanto, as lutas desses povos e comunidades tradicionais são potencializadas, por tais saberes que informam "identidades étnicas" (BARTH, 2000, 2005) e "territorialidades específicas" (ALMEIDA, 2008).

### ***"TUDO POR AÍ MORAVA GENTE NOSSA!"<sup>6</sup>. Dos lugares de usos comuns e espaços simbólicos de pertencimentos***

É necessário entender a construção da identidade quilombola, face à necessidade de luta pela manutenção ou (re) conquista de um território material e simbólico. Marcado por tensões e narrativas conflituosas, sobre as formas de uso dos espaços, as comunidades quilombolas no Brasil, enfrentam di-

<sup>6</sup> João Freitas de Castro, aposentado, 68 anos. Entrevista. Julho de 2016. Quilombo Trindade. Barreirinha-AM.

versos obstáculos na garantia de direitos aos seus territórios ancestrais e em seus contextos de lutas contemporâneas, identidades étnicas e territorialidade são (re) criadas. Falar de "territorialidades específicas" significa, dentre outras coisas, tratar das terras tradicionalmente ocupadas e controladas de modo efetivo pelas suas respectivas comunidades ou pelas formas organizativas que lhes correspondem—associações, cooperativas, sindicatos, articulações e movimentos. Elas podem ser entendidas como resultantes dos processos sociais e históricos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo (ALMEIDA, 2012).

É preciso estarmos atentos, para não se emaranhar nas nomenclaturas, e estabelecer devidos significados e atribuições, referenciadas, a partir de realidades historicamente constituídas. Nessas operações de significados e apropriações, nos apoiamos nas assertivas, segundo as quais, as comunidades e povos tradicionais, especialmente as tratadas aqui como quilombolas, em seus processos reivindicativos de direitos étnicos, sociais e territoriais, distinguem-se tanto da noção de "terra", literalmente falando, como também da noção pura e geográfica de "território" (ALMEIDA, 2008). Em suas lutas, objetivadas em novos movimentos sociais como o levado à cabo no Andirá, vão além disso, mas sem desfazer-se, necessariamente dessas duas noções com as quais manejam na vida cotidiana. Operam e atentam em seus processos socioculturais e políticos de emergências étnicas de lutas face o Estado, extremamente conectados às expressões que, dentre outras coisas, manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização (ALMEIDA, 2008).

As "memórias territoriais" influenciaram inicialmente para o MSQA desenhar aquilo que, será o território reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Elas apontaram os "lugares de memórias", os espaços territoriais e de usos comuns existentes nas comunidades, os caminhos para os passados dos "troncos velhos", aos quais, o movimento de luta deseja acessar, afim de credenciar suas lutas por reconhecimento. As territorialidades se ligam, aos processos de apreensões de universos simbólicos pelos grupos sociais historicamente referenciados e instituídos. Isto ganha relevo na medida em que, "os conhecimentos das formas de manejos e de usos das espécies, de rios, lagos e solos por esses grupos de antiga ocupação têm grande importância" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.3). Na consideração desses conhecimentos, "encontra-se a chave da economia e preservação da Amazônia" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.3), haja vista que "esses sistemas mantidos em uso por eles durante séculos, foram pressionados, em diversos momentos, pela exploração[...] " (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.3). Infelizmente "esse saber valioso sobre o manejo e preservação

geralmente não é incorporado pelas empresas e por órgãos oficiais, inclusive por aqueles que realizam atividades de pesquisa na Amazônia" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.3).

Tais assertivas feitas para as realidades do oeste paraense, também as consideramos válidas para o leste do Amazonas (Rio Andirá), os antigos lugares de uso comum se constituem em rastros para recuperação de aspectos históricos de tais grupos sociais; informam sobre trajetórias individuais e familiares; apontaram saberes diversos que faziam usos do território e dos recursos dele advindos. As memórias territoriais foram politizadas e etnicizadas na sua luta pela auto declaração e demarcação do território reivindicado socialmente no âmbito do MSQA. Tornam-se nesse jogo político, espaços simbólicos e de pertencimentos, acusam tempos marcados por farturas e mais liberdades de existências no sentido das relações com os recursos territoriais. Nas narrativas quilombolas aparecem remetendo, por exemplo, há tempos anteriores: 1) aos pescadores profissionais vindos do vizinho estado do Pará; 2) às madeiras que avançaram dessa mesma direção e fincaram conexões locais e internacionais; 3) aos fazendeiros que tornaram matas e castanhais dos antigos em pastos para o gado.

As referências a espaços de uso comum indicando "anciandade da ocupação" do território são atestadas nas memórias, nas atas, nas audiências públicas, no relatório antropológico, no livro de memória de uma liderança quilombola. Também na existência de poucas dezenas daquilo que Maria Aparecida Paixão<sup>7</sup>, denomina como "castanheiras baixotas", que insistem em permanecer de pé, testemunhando histórias locais como as do distrito quilombola de Igarapé Açú. Ali situava um dos velhos castanhais "dos pretos do Matupiri", "do Tucumanduba", "do Ituquara", espaços rememorados por seu Clarício Rodrigues<sup>8</sup> como sendo os antigos "castanhais do povo", mas que ao logo do século XX foram "passados de um para outro proprietário", como lamentou Maria Engracia Rodrigues de Freitas<sup>9</sup>.

Os espaços elencados acima, expressam pertenças e se conectam à processos históricos pelos quais a Amazônia foi (re) introduzida na segunda metade do século XX, a partir de quando as existências territoriais, sociais, culturais de povos e comunidades tradicionais, como as do Andirá e do Trombetas foram intensamente ameaçadas. "Para esses grupos rurais a continuidade no território encontra-se ameaçada por frequentes invasões e expropriações por parte de empresas e do poder público" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.33). Daí a importância das redes e dos processos sociais de conhecimentos criados, acionais e que são tecidos nas realidades sociais quilombolas para dar conta e informar, dentre outras coisas, sobre a "origem, formação e situações distintas desses grupos, permitem ressignificar a terra conforme diversas experiências e processos históricos" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.33). Nesse processo, elementos como o

<sup>7</sup> Ceramista. 55 anos Entrevista. Julho de 2016. Núcleo quilombola distrito de São Paulo de Açú, Barreirinha-AM

<sup>8</sup> Aposentado. 93 anos. Entrevista. Julho de 2016. Parintins-AM.

<sup>9</sup> Agricultora. 56 anos. Entrevista. Julho de 2016. Quilombo São Pedro, Barreirinha-AM

território se tornam "condição de existência, de sobrevivência física para os grupos[...]que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade[...], com a qual estão identificados e são identificados pelos outros" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.33). Tais constatações tornam-se relevantes na medida em que "na atualidade, essa identidade constitui-se no bastião de suas lutas pelo reconhecimento de direitos de ancianidade da ocupação" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.33).

Segundo o relatório antropológico do território quilombola do Andirá, "num primeiro momento, pressionadas pelas ações dos criadores de gado e de madeiras, as famílias quilombolas realizaram vários deslocamentos para dentro e também para fora das antigas ocupações (SIQUEIRA, 2016, p.16). Isto resultou na (re) configuração sociocultural da região, reordenamentos dos espaços territoriais, influenciando nas dinâmicas sociais das comunidades. As famílias "intruzadas" (ALMEIDA, 2014) em seus territórios tradicionais tiveram duas opções: adentrar as matas, afastando-se das margens dos rios e ou migrar para as periferias de cidades do Baixo Amazonas, ou para capital Manaus, situação plenamente visualizada em inúmeras trajetórias familiares. Além da família "Freitas de Castro" do quilombo Trindade, destacamos neste recorte "os Silva", referenciados inicialmente na comunidade de Tucumanduba que, precisaram "se mudar" para a atual distrito de Igarapé Açú. "O Açú", era seu antigo lugar de trabalho e coleta de castanha, aos poucos foi transformado em pastos para o gado. Essa mudança, segundo Vicente Paixão da Silva "era devido a venda que nossos vizinhos fizeram lá dos seus terrenos [...]. Ele construiu campo para gado e nosso terreno ficou rodeado né!"<sup>10</sup>. Nisso, "a gente conversou com o papai e achamos por bem vender e se mudar definitivamente para cá[São Paulo do Açú] porque a mamãe já tinha um terreno doado pelos pais dela aí na 'Boca' do Açú"<sup>11</sup>.

Os castanhais, segundo informa Maria Aparecida Paixão, são lugares de usos comuns, para onde "o pessoal do Tucumanduba, do 'Ituquara', do Matupiri vinha e passava semanas debaixo dos 'rabos de jacamim'"<sup>12</sup>. Índícios de territorialidades configuradas em trajetórias individuais e familiares, recorrentes nas memórias do movimento quilombola como espaços simbólicos e de pertencimentos. Espaços das gentes antigas, tinham "estradas de castanha" e para onde mudavam-se na época da safra (dezembro a março) e a exemplo de outras partes da Amazônia, "fixavam, temporariamente, casas e paióis na mata para dar conta da produção" (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.130).

As tais "castanheiras baixotas", insistem em dar pistas sobre as histórias narradas pelas vozes que vêm de São Paulo, como as da ceramista Raimunda Silva, que desde os 5 anos de idade já ia com todos os seus dez irmãos para o "tapiri" que é uma espécie de casa ou barracão improvisado denominado por ela como "rabo do jacu" onde podiam abrigar-se no período da coleta de castanha. Como criança pequena, uma de suas funções era "apenas" separar os ouriços de castanha coletados pelos irmãos mais velhos para logo em seguida serem entregues aos patrões do seu pai Benedito Silva. Acrescenta Perpétua Paixão da Silva que "Ele [o pai], contava que veio de lá [Tucumanduba] porque lá ficou muito difícil a condição financeira, o peixe, a caça. Ele passou a vir aqui pra cabeceira do Açú..."<sup>13</sup>.

O "Açú" foi a última comunidade a entrar na luta para diferenciação étnica quilombola, inicialmente só pôde ter sua "área urbana" inserida para reconhecimento como "área de quilombo", dado os muitos "passivos ambientais" ali existentes. Em muito, isso é devido à sua história de ocupação recente ter sido marcada por ações predatórias (pecuária e madeiras). Fato aliás, já alertado, em audiência pública por políticos locais (AMÉLIA, 2016), que entrelaçados com as relações de poderes já sabiam das dificuldades dessa comunidade em recuperar as posses de seus territórios tradicionalmente ocupados. Antigos espaços recuperados pelas memórias territoriais, são visualizados nas trajetórias familiares e informam sobre formas de ocupação do território reivindicado como "quilombos do Andirá".

No âmbito das lutas do MSQA, muitos espaços foram politicamente retomados e ressignificados, como espaços físicos e simbólicos de pertencimentos. Os lugares de uso comum são espaços fundamentais para a manutenção da vida dos quilombolas, que precisam deles e possuem uma ligação de pertença identitária com tais espaços, pois segundo Rui de Souza Santos, "essas cinco comunidades praticamente trabalham, pescam e tiram o sustento das suas famílias quase que do mesmo local: desses lagos, desses matos!"<sup>14</sup>. Por isso, continua Rui, "quando acontece esses conflitos (entre quilombolas e pescadores profissionais), atinge o povo todo que ainda sente essa grande dificuldade"<sup>15</sup>. Sobre as formas de pesca João Jorge de Castro Rodrigues, informa que "pesco de poronga, de malhadeira e de anzol, de flecha. Agora já temos dificuldades por que não é mais como era antigamente!"<sup>16</sup>. Sobre os locais da pesca, o mesmo João, lembra que "a gente se desloca para o Romão, o Canivete, a Ilha Grande, o Mucum, até lá para o Coko e a Paga. Tudo por

<sup>10</sup> Professor, 53 anos. Entrevista. Junho de 2016. Núcleo quilombola São Paulo do Açú. Barreirinha - AM.

<sup>11</sup> Professor, 53 anos. Entrevista. Junho de 2016. Núcleo quilombola. São Paulo do Açú. Barreirinha - AM.

<sup>12</sup> Ceramista e agricultora, 55 anos. Ceramista. Entrevista. Junho de 2016. Núcleo quilombola São Paulo do Açú. Barreirinha-AM. Segundo ela, "Jacamim" como o qual compara a moradia no castanhal do Açú, é um pássaro de rabo longo, e em formato de uma tesoura. Tais construções, quase sempre de caráter provisórias, têm suas estruturas com paus roliços que se entrelaçam como uma tesoura, e têm sua estrutura superior/laterais coberta de folhas de palmeiras diversas. Em 2013, ainda visualizamos esse tipo de moradia em comunidades como Boa Fé e Trindade.

<sup>13</sup> Agricultora e ceramista, 41 anos. Entrevista. Julho de 2016. Quilombo São Paulo do Açú. Barreirinha-AM

<sup>14</sup> Agricultor, pescador, 48 anos. Entrevista. Julho de 2016. Quilombo de São Pedro. Barreirinha-AM

<sup>15</sup> Agricultor, pescador, 48 anos. Entrevista. Julho de 2016. Quilombo de São Pedro. Barreirinha-AM

<sup>16</sup> Agricultor, pescador, 48 anos. Entrevista. Maio de 2016. Quilombo de Boa Fé. Barreirinha-AM

aí a gente pesca: no Jauari, no Laguinho, no Pé-grosso, no Curupira. Todo mundo pesca nesses mesmos locais!"<sup>17</sup>. É comum os quilombolas lembrarem de seu passado como uma época boa. Um "antigamente" cheio de farturas e abundância em oposição aos tempos atuais, "(...) matava caça pelo mato, agora, não dá mais para caçar! Naquele tempo era muita fartura. Sem mentira nenhuma, era peixe que não acabava mais! Fazia aquela barulhada na água (blum, blum, blum) (...)" (Adelino Pereira Castro, 86 anos. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. In: Ranciaro et al. (2014, p. 04).

## Considerações finais

As memórias de si no Andirá, foram configuradas também a partir de lembranças referidas aos territórios tradicionalmente ocupados. Devidamente etnicizadas e potencializadas no âmbito do MSQA, auxiliam nas narrativas do grupo para demandar direitos territoriais, por exemplo.

Os diferentes lugares de uso comum "dos antigos", tiveram extrema importância no MSQA por reconhecimento do território tradicional, foram capazes de (re) ligar os sujeitos atuais a outros tempos, quando as tetravós os utilizavam. No tempo presente, mesmo os sujeitos morando em comunidades distintas, sentem-se interligados por lugares de uso comum (lagos, furos, rios, cabeceira e matas). Circulam por tais lugares e usufruem de seus recursos territoriais, e assim "todo mundo pesca nesses mesmos lagos" lembram-nos João Jorge e Rui. É de onde retiram seus sustentos "desses lagos, desses matos".

Com tais processos de (re) construção dos tempos do cativo, a partir do recurso às "memórias territoriais", os sujeitos quilombolas por meio da FOQMB, atualizam as antigas redes de solidariedades e pertencimentos étnicos e territoriais, construídos por seus pais, avós e bisavós: Sujeitos antigos que escolheram as proximidades e para além dos arquipélagos que marcam a divisão entre Andirá de cima e Andirá de baixo, para construir seus novos espaços de identidade, liberdade e territorialidades quilombolas, ainda no final do oitocentos (SIQUEIRA, 2016; RANCIARO, 2016; ROCHA, 2019). Ao longo de todo o século XX foram classificados como "caboclos" ou "os pretos do Matupiri", mas que neste início de século XXI lutaram e auto identificam-se a partir do reconhecimento do Estado brasileiro como os "Quilombolas do Rio Andirá".

## Referências bibliográficas

ABREU, M.; DANTAS, C.V; MATTOS, H. (ORGs). 2014. *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos – volume 1*– Niterói: Editora da UFF, – 13 MB; PDF, 302p.  
ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. 1998. *Negros do Trombetas – Guardiões das matas e rios*. Ed. Cejup/UFGA-NAEA, Belém, 2ª edição, 262p

ALBERT, V. 2011. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3 eds. – São Paulo: Contexto.p.155– 202.

ALMEIDA, A. W. B. de. 1998. Prefácio da primeira edição. In: ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: Guardiões das matas e rios*. 2ª edição. Belém, Ed. Cejup/UFGA-NAEA, p. 21–27

ALMEIDA, A. W. B. de. 2008. *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. – 2.ª ed, Manaus: EDUA PGSCA-UFAM, 192p.

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, Jan/abr. 2012. p. 63–71.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>

ALMEIDA, A. W. B. de. 2014. Agroestratégias de desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In. RODRIGUEZ, José Ezequiel Basani Et Ali (Orgs). *Povos tradicionais, fronteiras e geopolítica na América Latina: uma proposta para a Amazônia* – Manaus: Edua, p.95– 132.

AMÉLIA, M. 2016. *Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência*. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro, org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, 1ªed.; Rio de Janeiro: Casa 8, 120p.

ARRUTI, J. M. 2006. *Mocambo*. Antropologia e História do processo de formação quilombola. 1ª ed.- Bauru, SP: EDUSC, 370p.

ARRUTI, J.M. A. 1997. *A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. MANA 3(2), p.7–38.

BARROS, J. A. 2005. A História Social: seus significados e seus caminhos. LPH – *Revista de História da UFOP*. Nº 15, p.235–256.

BARTH, F. 2005. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*, n. 19. Niterói: UFF, p.15–30.

BARTH, F. 2000. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: *O Guru, O Iniciador e Outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 25–68.

BRANDÃO, A.; DALY, S. da; GOUVEIA, V. H. 2010. *Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais*. Niterói.: EDUFF. 126p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário oficial da União*, Brasília. DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. Texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTRO, H. História Social. 1997. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs). *Dominios da história: ensaios de teorias e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus. p. 76 – 96

COSTA, R. A. 2016. *Batuque: espaços e práticas de reconhecimento da identidade étnico-racial*. – São Leopoldo: casa leiria, 186p.

DELGADO, L.A.N. 2003. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História oral*, v.6, p. 9–25.

DOMINGUES, P. 2007. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. *Tempo [on line]*, vol.12, n.23, p.100–122,

FUNES, A. E. 1995. *Nasci nas Matas, nunca tive senhor*. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese. (Doutoramento de História) FFLCH/USP, São Paulo. 435 p.

FUNES, A. Eurípedes. 2009. Mocambos: natureza, cultura e memória. *História Unisinos*.13(2):146–153.

GOMES, F.S. 1997. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no*

<sup>17</sup> Agricultor, pescador, 48 anos. Entrevista. Maio de 2016. Quilombo de Boa Fé. Barreirinha-AM

- Brasil (sécs. XIII e XIX). Tese (Doutorado em História) - UNICAMP/SP. 742 p.
- GOMES, F.S. 2015. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 235p.
- GOMES, F.S.; QUEIROZ, J. M. 2003. Em outras Margens: Escravidão Africana, Fronteiras e Etnicidade na Amazônia. In: DEL PRIORE, M.; GOMES, F. G. *Os senhores dos rios*. Amazônia, Margens e História. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 141-163.
- GONÇALVES, C. W. P. 2005. *Amazônia, Amazônias*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 178p.
- HALL, S. 2006. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz da Silva, Guaciara Lopes Louro – 11. Ed.- RJ: DP&A, 102p.
- LITTLE, P. E. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série antropológica*, 322. Brasília: UnB, 28(1), p. 251-290.
- MATTOS, H. Dezembro/fevereiro 2005-2006. Cativo e Políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p.104-111.
- MEIHY, J.C.S. 2005. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Vértice, 291p.
- MONTEIRO, John Manuel. 2006. Prefácio. In: ARRUTI, José Maurício. *Mocambo*. Antropologia e História do processo de formação quilombola - Bauru, SP: EDUSC, P. 19-23.
- NORA, P. 1993. Entre Memória e História. A problemática dos lugares - *Proj. História*. São Paulo, p.07 - 28.
- O'DWYER, E. C. 2005. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica*. Niterói, n. 19, p.91-111.
- O'DWYER, E. C. 2007. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. - *Tomo*, São Cristóvão - SE Nº 11. p.43-58
- ORTIZ, R. 2006. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 152p.
- POLLAK, M. 1992. Memória e Identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ. vol.05, n.10, p. 200-212
- POLLAK, M. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15
- RANCIARO, M.M.A. 2016. "Os cadeados não se abriam de primeira": processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá. Tese em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Manaus. 235 p.
- RANCIARO, M.M.A., et al. 2014. Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: *Quilombolas do rio Andirá*: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Ituquara/Barreirinha-Amazonas - Manaus: UEA, 12p.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. 2004. O Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, V.5, 8, p.170-198. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X005008005>
- ROCHA, J. M. da. 2019. *Das Sementes aos Troncos*: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Manaus. 382p.
- SIQUEIRA, J. 2016. *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID do território quilombola do rio Andirá*, Manaus-AM, INCRA-AM, 85p.

Submetido: 28/10/2020  
Aceite: 29/04/2021